

L E I Nº 1.521/85

Data: 25 de outubro de 1985.

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro de 1986.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício de 1986, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita e fixa a Despesa em Cr\$ 33.000.000.000 (trinta e três bilhões de cruzeiros).

Art. 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras receitas correntes e de capital, na forma da Legislação vigente e de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1 RECEITAS CORRENTES Cr\$ 29.798.000.000

Receita Tributária Cr\$ 1.903.350.000

Receita Patrimonial Cr\$ 131.600.00

Receita Industrial Cr\$ 325.000.000

Transferências Correntes Cr\$ 27.263.050.000

Outras Receitas Correntes Cr\$ 175.000.000

1.2 RECEITA DE CAPITAL

Operações de Crédito Cr\$ 1.100.000.000

Alienação de Bens Cr\$ 2.000.000

Transferências de Capital Cr\$ 2.100.000.000

T O T A L: Cr\$ 33.000.000.000

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o segundo desdobramento:

1. DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS

1.1 Programação à conta de recursos do Tesouro Cr\$ 2.534.950.000

1.2 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$ 30.465.050.000

T O T A L: Cr\$ 33.000.000.000

2. DESPESAS POR ÓRGÃOS

2.1 Órgãos Legislativos Cr\$ 1.200.758.000

Câmara Municipal Cr\$ 1.200.758.000

2.2 Órgão Executivo Cr\$

Executivo Municipal Cr\$ 1.675.411.000

Departamento Administrativo Cr\$ 6.975.411.000

Departamento da Fazenda Cr\$ 517.046.000

Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$ 14.445.548.000

Departamentos de Educação e Cultura Cr\$ 6.457.088.000

Departamento de Saúde e Serviço Social Cr\$ 2.342.060.000

T O T A L: Cr\$ 33.000.000.000

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar Operações de Crédito por antecipação da receita, de acordo com o art. 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1989.

Art. 5º - Os órgãos da Administração indireta e fundações instituídas pelo Município terão, na forma da lei, orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por Decreto do Executivo Municipal sendo que a Receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, estaduais, federais e outras receitas correntes e de capital e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único - Os Orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por Decretos do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do Parágrafo Primeiro, do art. 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares nos limites com as seguintes finalidades:

I - Para atender despesas vinculadas a receita, até o limite do excesso de arrecadação efetiva das receitas a que estiverem vinculadas.

II - Para atender quaisquer despesas até o limite de 22% da despesa orçamentária, servindo como recursos os constantes no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

III – Para atender quaisquer despesas com as fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas nos respectivos orçamentos, a títulos de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recursos as fontes indicadas no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 08 de novembro de 1985.

João do Carmo Santiago
Prefeito Municipal